

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

Local: Auditório da URB (Sede da URB Recife - Avenida Oliveira Lima, nº. 867 - Boa Vista)

Data: 28 de Agosto de 2017

Horário: 09h40 às 12h10

PAUTA:

- ✓ Retomada da elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS.
- ✓ Outros informes.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Norah Neves, Luciana Félix, Cezar Augusto e Marcela Gusmão.
- ✓ Dos Conselheiros de segmentos Empresariais:
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Alexandre Pachêco (CENDHEC) e Ângela Carneiro (CAU).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Ubiratan Augustinho (UNMP).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Fernando de Alcântara (Poder Público), Socorro Cavalcanti (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Carlos Alberto Carneiro (Poder Público), Norma Estrela (Poder Público), Hachely Moura (Poder Público), Susi Parente (Poder Público), Anabel Garcia (Poder Público), Flávia Taís, (Poder Público), Maria de Biase (Poder Público), Rosa Campello (Poder Público), Tereza Borba (Poder Público), Ednei Andrade (Poder Público), Igor Jordão (Lucena Consultoria), Meyre Costa (Lucena Consultoria), Sérgio Ribeiro (Lucena Consultoria), Luis de La Mora (UFPE) e Luana César (UFPE).

Resumo da reunião:

- ✓ Confirmado o quórum, Norah Neves (Poder Público) Iniciou a reunião fazendo uma retrospectiva do último encontro da Câmara Técnica, quando foi pactuado o tempo para conclusão do Diagnóstico (já disponibilizado no site do Conselho da Cidade do Recife) e abertura da discussão do produto final, que é o próprio Plano. Lembrou que a Câmara deveria definir se as reuniões para discussão das propostas do Plano seriam por RPA ou na própria Câmara Técnica. Informou que o material produzido será disponibilizado.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ Luis de La Mora (UFPE) reivindicou que o material a ser trabalhado na Câmara seja disponibilizado antes para os seus membros, pois facilitará a compreensão sobre o tema e, por conseguinte, melhores contribuições.
- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) informou que para facilitar a discussão, o material será impresso para os conselheiros nesta reunião.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) concordou com a proposta de Luis de La Mora (UFPE), onde se comprometeu em viabilizar o material com antecedência. Solicitou repassar alguns informes sobre a captação de recursos na área de habitação, como a tentativa de acessar os recursos do “Minha casa, minha vida”. Na ocasião, o município não foi contemplado, embora tenha realizado os trâmites no prazo correto. Ressaltou que foi aberta chamada pública entre os dias 31 de junho e 18 de agosto para que pudessem enviar os documentos para atender aos requisitos. Novo Prado seguiu para a CAIXA no início de agosto, bem como as outras quatro áreas - Antero Mota, Boa Esperança e quadras Q-45 e Q-60 do Pilar.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) perguntou se a pauta já havia sido debatida e apresentada. Ele foi informado que a pauta havia sido enviada por e-mail e trata da retomada da discussão do Plano. Perguntou se a URB e o PREZEIS têm discutido sobre a regularização fundiária, se há um mapeamento da área e como se encontra o processo de reintegração de posse dos moradores.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) fez referência à presença de Tereza Borba (Poder Público), gerente responsável por essa área.
- ✓ Tereza Borba (Poder Público) colocou que essa questão é pertinente e que deverá ser alvo de discussão nesta Câmara Técnica.
- ✓ Ângela Carneiro (CAU) levantou a questão relativa à aprovação de moradia verticalizada de cinco andares sem elevadores. Informou que fez uma consulta a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem embasamento jurídico para discutir com a Prefeitura da Cidade do Recife e solicitou que essa proposta seja apresentada à Câmara para discussão. Lembrou que esse tipo de edificação aconteceu na Europa antes do advento do elevador e hoje em dia não é mais utilizada.
- ✓ Cesar Augusto (Poder Público) colocou que essa questão foi discutida no CDU.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) explicou que houve uma alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Devido à urgência, foram realizadas modificações, flexionando-se a moradia de interesse social, em anterioridade às propostas a serem definidas no PLHIS.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) questionou o fato de a Lei ter sido aprovada na Câmara de Vereadores e não ter sido avaliada pelo Conselho da cidade, significando um vício legal.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) informou que essa lei foi apresentada no CDU.
- ✓ Luis de La Mora (UFPE) enfatizou que as deliberações finais devem ser passadas pelo conselho para que se valide a proposição final.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) repassou a palavra à Vera Mendes para que fosse feita a apresentação do Roteiro de discussão do terceiro produto – Estratégia de Ação. Foi lembrado que após a reunião, a apresentação estará disponível na página do Conselho da Cidade do Recife. Na apresentação, foi destacado que serão consideradas as definições da 6ª Conferência Municipal do Recife.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) perguntou a Luciana Félix (Poder Público) se o Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife (CIS), já está disponível. Ela

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

informou que sim, no link: <http://atlas.recife.pe.gov.br/>. Solicitou-se, então, que o link fosse publicado no site do Conselho da Cidade do Recife. Norah lembrou que houve uma discussão na Câmara sobre a forma de realização da escuta, devendo-se definir a metodologia adequada. Propôs preparar os temas, amadurecê-los com levantamentos pertinentes, onde seriam identificados equipamentos e representação sociais, para, a partir daí, haver a convocação, com a diversificação dos atores sociais. Mencionou que se produziu uma relação, nesses moldes, para as escutas do Projeto Recife 500 anos, e que se encontra na Secretaria de Planejamento Urbano.

- ✓ Luis de La Mora (UFPE) considerou que é importante juntar informações técnicas e analisar as prioridades vindas da população, sendo este o material que a Câmara Técnica deverá discutir. Ressaltou que a leitura deve ser distinta por RPA, pois existem aquelas com maior densidade populacional e outras com menor. Reforçou que essas informações devem ser apreciadas pela Câmara.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) reiterou que a Câmara deve se guiar pelas questões destacadas no Diagnóstico, juntamente com a colaboração dos conselheiros, na discussão estratégica.
- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) questionou sobre a natureza do PHLIS, indagou se o Plano é estratégico, normativo ou os dois. Enfatizou a necessidade de verificação nas linhas estratégicas, onde é interessante observar o que se avançou para definir o que se precisa ser melhorado, pois essa definição facilitará a captação de recursos. Perguntou se o Plano avança para a gestão territorial, a exemplo das ZEIS e se haverá estratégia territorial. Avalia que o Plano deve dialogar com o Plano Diretor, o qual definirá tal estratégia.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) informou que atendendo a Legislação Nacional, o Plano deve ser regulamentado em lei.
- ✓ Igor Jordão (Lucena Consultoria) disse que o Plano será lei do ponto de vista formal ao ser aprovado pelo poder legislativo, pois será tratado como diretriz obrigatória do poder público. Informou que em paralelo, a Prefeitura da Cidade do Recife trabalhou em um projeto de lei que tratou de Habitação de Interesse Social, mas considera ser mais lógico elaborar um Plano com as diretrizes para depois se definir em projeto de lei.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) esclareceu que existia um projeto de lei para moradia de interesse social, sendo levado para o CDU, porém, ocorreu um questionamento, inclusive dela própria, de se encaminhar tal proposta. Como resultado, publicou-se uma lei específica, que alterou a Lei de Edificações, no que tange à questão de estacionamento, teto verde e pavimento (piso).
- ✓ Igor Jordão (Lucena Consultoria) esclareceu que haverá um fundo para habitação de interesse social, mas que existe o fundo do PREZEIS onde há uma discussão que virá com o Plano Diretor num fundo de desenvolvimento urbano.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) esclareceu que o fundo de desenvolvimento urbano já existe na PCR e acumula recursos de mitigação.
- ✓ Igor Jordão (Lucena Consultoria) colocou que existe um fundo de habitação de interesse social, lei 17.394/2007 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Informou que o Fundo de Desenvolvimento Urbano está previsto no Plano Diretor e que há o Decreto Municipal nº 25.536/2010, que regulamenta o fundo.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) perguntou onde se encontra a proposta do processo de diálogo com a população, ressaltou a importância deste processo e informou que deve estar previsto no cronograma.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) esclareceu que no cronograma do PHLIS há a previsão de Audiência Pública e que a forma de realizá-la deve ser pactuada com a Câmara Técnica. Solicitou que se definisse o cronograma com começo, meio e fim. Lembrou que o tempo é reduzido e que se deve considerar a finalização no mês de novembro.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) colocou que cada produto requererá uma metodologia própria. Reforçou que a Audiência Pública significa um espaço para referendar o que já foi produzido. Quanto às reuniões, considera que podem acontecer nas RPAS e que o Plano deve conter um processo de escuta com a população. Acha que Audiência não atende aos requisitos de participação e que ela deve acontecer só no final. Frisou a importância da realização de um processo de discussão pedagógico junto à população.
- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) informou que havia uma proposta de realizar oficinas, mas que essa questão deve ser amadurecida na Câmara.
- ✓ Meyre Costa (Lucena Consultoria) mostrou sua preocupação em estender o processo de participação e não ter um produto final. Reforçou que pretende uma forma de participação popular, que seja eficaz e permita a finalização do Plano, em curto prazo.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) colocou que a Lucena Consultoria deve preparar seu material com antecedência visando à distribuição com o público participante e, assim, orientar a discussão.
- ✓ Luis De La Mora (UFPE) ressaltou que caberia à Câmara produzir o material prévio para possibilitar uma discussão mais ampla. Fez referência à forma de trabalho atual da Prefeitura da Cidade do Recife, que entrega ao cidadão um material já construído, a exemplo do Plano Santo Amaro Norte e Centro Cidadão. Reforçou que a Câmara tem esse papel, pois consolida o espaço colegiado de diálogo e participação.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) sugeriu que fosse utilizada a metodologia aplicada no Recife 500 anos para realização da consulta popular.
- ✓ Maria de Biase (Poder Público) considerou que essa discussão é mais específica, devendo ser aproveitado o material já produzido em reuniões anteriores.
- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) fez menção aos materiais já produzidos nas Conferências anteriores e que as deliberações não foram consideradas pelo poder público.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) defende que as reuniões com a população sejam feitas, e que a Lucena Consultoria deve preparar o material do diagnóstico para apresentar à população.
- ✓ Colocou-se que a Lucena Consultoria deveria trazer uma proposta de metodologia.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) sugeriu que se utilizasse a metodologia aplicada na 6ª Conferência da Cidade do Recife.
- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) observou que a atual etapa do processo não é mais para a coleta de informações e de demandas. Propôs a mobilização de entidades que já discutem esses temas referendados pela sociedade civil.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) ressaltou que com a diminuição do processo participativo significa um recorte. Enfatizou a importância da participação de associações de moradores, que não são entidades mais amplas. Avalia que não deve ser uma metodologia para se iniciar do zero, mas a partir do que já foi produzido.
- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) sugeriu um questionário, como foi feito na cidade de Ipojuca.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) colocou que um questionário limita o debate. Avalia que o diagnóstico deve ser o instrumento para fomentar a discussão. Solicitou que deva ser

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

disponibilizado com antecedência, sendo produzido de forma mais enxuta. Propõe uma metodologia de oficina, com um documento base elaborado de forma sintética.

- ✓ Norah Neves (Poder Público) concordou com a proposta de oficina. Perguntou se a metodologia seria em um dia de discussão com as RPAs.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) colocou que só um dia seria pouco, pois uma RPA como a três é muito grande e não seria possível reunir todas.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) propôs que, caso ocorressem reuniões distintas, seriam desta forma: RPA 1 e 2, RPA 3, RPA 4 e 5 e RPA 6, somando-se quatro oficinas.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) colocou que poderiam ocorrer em setembro, sendo uma por semana.
- ✓ Ubiratan Augustinho (UNMP) colocou que para a RPA 6, devem ser considerados os problemas da área, pois existem seis ocupações na região. Deveria ser constituído um fórum de habitação específico nessa área. Exemplificou que na audiência sobre o plano Santo Amaro Norte foi solicitada uma reunião no Campo do Onze, localizado em Santo Amaro. Argumentou que devido à especificidade de cada território, são discutidos temas em separado, por locais. Na comunidade Irmã Dorothy, por exemplo, residem 1875 famílias. Lamentou que, hoje, não há mais o trabalho social, porém, estão reaprendendo todo o processo.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) colocou que é importante levar essa discussão para a comunidade com dados e subsídios, a ser feita com uma linguagem mais acessível.
- ✓ Ubiratan Augustinho (UNMP) questionou sobre os recursos do Ministério, e diz ser necessário o esclarecimento sobre onde os recursos estão sendo aplicados.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) lembrou que, no momento, a proposta é de um Plano de Habitação, com diretrizes e definição de prioridades, a ser regulamentado em lei, e não uma solução imediata para os problemas.
- ✓ Maria de Biase (Poder Público) considerou a importância do alerta de Ubiratan Augustinho (UNMP), já que as comunidades se encontram sem atendimento há muito tempo. Ressaltou que deve ser considerado o Plano de Regularização e outras propostas. Sugeriu que a Câmara pensasse no que vai apresentar à população.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) colocou que o Diagnóstico deve ser apresentado de forma sintética e em linguagem simples.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) solicitou que os participantes objetivassem a discussão com propostas.
- ✓ Igor Jordão (Lucena Consultoria) colocou que essa escuta pode ser feita em um único dia, num lugar adequado, como o Centro de Convenções, por exemplo.
- ✓ Meyre Costa (Lucena Consultoria) lembrou que o Plano não terá propostas concretas, mas indicativos com diretrizes de médio e longo prazo para o município implantar.
- ✓ Ubiratan Augustinho (UNMP) questionou sobre as soluções, pois é o clamor da população. Enfatizou que os problemas devem ser vistos territorialmente.
- ✓ Meyre Costa (Lucena Consultoria) enfatizou que o Plano não terá propostas específicas para as comunidades, individualmente.
- ✓ Igor Jordão (Lucena Consultoria) reforçou que se deveria concentrar a escuta popular em um único dia, para potencializar os custos.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 9ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ Norah Neves (Poder Público) considerou que não há dificuldade de concentrar, desde que o espaço seja adequado para se tratar de uma visão geral do Plano. Lembrou que a proposta é da Câmara de Habitação e não exclusiva do poder público. Reforçou que os problemas podem ser tratados por RPA, sendo o diagnóstico apresentado de forma sintética, em linguagem simples, além de achar que o espaço coletivo favorece às trocas.
- ✓ Maria de Biase (Poder Público) sugeriu que a Lucena Consultoria apresentasse dois cenários com metodologia e orçamento. Solicita que os conteúdos sejam enviados por e-mail aos representantes da Câmara para avaliação e discussão.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) disse não se opor a uma escuta em conjunto com todas as RPAs, mas indagou se a Prefeitura da Cidade do Recife possui recursos para realização do trabalho. Reforçou que é preciso definir o tamanho do evento. Defendeu que as oficinas nas comunidades facilitam a participação popular, mesmo sendo sacrificadas em termos de tempo, porém julga que dessa forma o custo é menor.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) considerou que, independente do formato escolhido, deve-se ponderar sobre os gastos referentes a alugueis de espaço.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENCHEC) colocou que a forma centralizada requer deslocamento e que transporte público está caro, além do que, a maioria da população de baixa renda se desloca de bicicleta.
- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) lembrou que a proposta do Plano não é o que a comunidade quer ouvir, pois deverá abordar diretrizes não questões específicas da comunidade. Colocou ainda, que o problema de habitação é muito grande.
- ✓ Igor Jordão (Lucena Consultoria) considerou que, nessa fase, a proposta é mais técnica e devem estar presentes pessoas com esse perfil.
- ✓ Vera Mendes (Lucena Consultoria) falou que o Plano deve ser do conhecimento dos vereadores e poder público.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) considerou a existência de dois posicionamentos sobre metodologia para conduzir as discussões de propostas do Plano. Sendo elas: quatro oficinas à noite ou apenas uma reunindo todas as RPAs, devendo a Câmara definir.
- ✓ Ubiratan Augustinho (UNMP) perguntou se as RPAs 5 e 6 estariam juntas no Ginásio Geraldão, onde há três quadras.
- ✓ Maria de Biase (Poder Público) considerou que há duas visões diferentes, uma é discutir com a população e outra é defendida pela empresa, a qual acha necessário discutir estrategicamente se colocando em votação.
- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) colocou as escutas nas RPAs devem ocorrer de acordo com as linhas temáticas compatibilizando com as demandas existentes.
- ✓ Norah Neves (Poder Público) explicou que a empresa deve enviar o conteúdo de forma sintetizada para os conselheiros, para que todos amadureçam a discussão, devendo ser realizada outra reunião com a Câmara para validar o material.
- ✓ Foi questionado qual foi o critério utilizado para elaboração do diagnóstico, sendo esclarecido que à época, a Secretaria de Habitação orientou.
- ✓ Ângela Carneiro (CAU) sugeriu uma proposta intermediária, com a junção de mais RPAs, a trabalharem em salas separadas, com um momento conjunto para apresentação do diagnóstico.
- ✓ Igor Jordão (Lucena Consultoria) lembrou que só há dois meses para a conclusão do trabalho.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

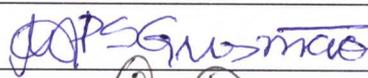
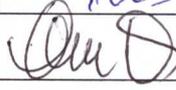
Ata da 9ª Reunião da Câmara de Habitação e Regularização Fundiária

- ✓ Norah Neves (Poder Público) solicitou que os conselheiros se identificassem para que a votação fosse realizada.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) sugeriu que a votação considerasse um dia inteiro ou uma metodologia que as reuniões fossem distribuídas em alguns dias.
- ✓ A votação ocorreu, sendo contabilizados três votos para um dia e quatro votos para mais de um dia.
- ✓ Alexandre Pachêco (CENDHEC) colocou que devem ser considerados alguns critérios para a definição dos locais das oficinas.

Encaminhamentos:

- ✓ Publicar no site do Conselho da Cidade do Recife do link do Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife.
- ✓ Encaminhar a lista das entidades representativas que participaram do Recife 500 anos para a Lucena Consultoria.
- ✓ Expor a proposta de sistematização das oficinas, considerando-se cronograma, conteúdos e metodologia (Lucena Consultoria).
- ✓ Apresentar o material de Regularização Fundiária (Tereza Borba).
- ✓ Agendar a próxima reunião da Câmara Técnica para o dia 04/09/17, às 14h30, na sala de reunião da SEPLAN/PCR.

Conselheiros presentes indicados pelos seus respectivos segmentos que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Pachêco (CENDHEC)	
Ângela Carneiro da Cunha (CAU)	
Cezar Augusto (Poder Público)	
Luciana Félix (Poder Público)	
Marcela Gusmão (Poder Público)	
Norah Neves (Poder Público)	
Ubiratan Augustinho (UNMP)	